

Condsef solicita que TST convoque Ebserh para assinatura de acordo que garante reajuste aos trabalhadores

No dia 06/04, a Condsef/Fenadsef enviou requerimento à Vice-presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em que solicita que o referido Tribunal convoque a Ebserh e as demais entidades representativas dos trabalhadores para assinatura do acordo aprovado no mês de fevereiro.

A Vice-presidência do TST ainda tentou marcar mais uma nova rodada de negociações, mas tanto a empresa quanto a Condsef/Fenadsef tem a mesma posição: não há porque haver nova negociação se a proposta já havia sido acatada. Agora é somente assinar o acordo e garantir o pagamento de reajuste de 3,9% aos trabalhadores da Ebserh, com efeitos retroativos a 1º de março de 2019.

No dia 18/02, foi realizada uma reunião, na Vice-presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), quando foi acordado entre as partes – empresa e entidades representativas dos trabalhadores – o julgamento antecipado do dissídio referente ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020.

Os trabalhadores em todas as unidades da Ebserh no país acataram a proposta do Tribunal, desde que a empresa prorrogasse a vigência de todas as cláusulas sociais (do ACT 2018/2019) por 90 dias. Tal proposta foi acatada tanto pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) quanto pela Ebserh.

Vitória

A assinatura do acordo é uma vitória dos trabalhadores da Ebserh cujas negociações se arrastavam desde 2019. É o resultado da luta da Condsef/Fenadsef em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras da Ebserh – que atualmente se encontram na linha de frente do combate à pandemia do coronavírus em todo o país.

Vale lembrar que as negociações do ACT 2020/2021 começaram em março, mas foram suspensas em razão da pandemia do coronavírus.

Revisão do regime único dos servidores está suspenso por enquanto

O PLP 149/2019, conhecido como Plano Mansueto, foi levado a Plenário com requerimento de urgência, mas não houve acordo entre parlamentares para proceder com a votação. A proposta, apresentada pelo Governo Federal no ano passado, possibilita a estados e municípios acesso a empréstimos com garantias da União desde que façam revisão do regime jurídico único dos servidores para suprimir benefícios e vantagens não previstos no RJU da União. Para a Condsef/Fenadsef, representante da maioria dos servidores públicos federais, a luta por manutenção de direitos é uma só e trabalhadores das três esferas estão unidos contra qualquer tipo de retrocesso.

No ano passado, servidores das três esferas e empregados das estatais participaram juntos de uma plenária nacional histórica em defesa dos serviços públicos e construíram conjuntamente uma série de ações e protestos para proteção de direitos que vão além de questões corporativas, prezando pela garantia de direitos constitucionais dos cidadãos. Para o Secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, a categoria de servidores está no centro dos ataques dos governos neoliberais que pregam Estado Mínimo, seja em nível federal, estadual e municipal.

"Qualquer precarização de trabalhadores da administração pública vai resultar em fragilização dos serviços públicos destinados ao atendimento de qualidade da população. Além disso, abre brecha para que mais desmontes da categoria sejam consolidados. Existem dezenas de projetos em tramitação no Congresso que retiram direitos, diminuem jornada e reduzem salários. Quem sofre, no fim das contas, são as pessoas usuárias dos serviços públicos", comenta.

O Plano Mansueto ainda inclui no cômputo das despesas com pessoal os servidores inativos. Para Gustavo Tavares, cientista político da Metapolítica Consultoria, isso é ruim porque aumenta em números a despesa

com pessoal, extrapolando o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal sem aumentar o gasto na prática. "Dessa forma, seriam necessárias medidas para controlar despesas", explicou. Tavares destacou que o projeto do governo proíbe reajustes salariais e a realização de concursos públicos, tendo-se em vista que estados e municípios seriam enquadrados em um regime de recuperação fiscal.

Em alternativa ao PLP 149/2019, que saiu de pauta por enquanto, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deve entregar hoje uma proposta alternativa, focada apenas na linha de crédito, sem retirar direitos dos trabalhadores. Entretanto, Tavares alerta que a iniciativa ainda é uma incógnita. Para Sérgio Ronaldo da Silva, a pandemia do novo coronavírus deixa escancarada a necessidade de ampliação de investimentos em serviços públicos e qualquer atitude que vá contra isso deve ser combatida.

"Retirar direitos é desvalorizar os profissionais de saúde que estão na linha de frente no combate à pandemia. É atrasar qualquer descoberta científica que pode salvar milhares de vidas. É impossibilitar que o auxílio de emergência de R\$ 600 reais do governo chegue nas mãos de quem precisa. Por trás de cada política, existe um servidor engajado na efetivação das ações. O que precisamos é de mais atenção, mais valorização e mais proteção desses trabalhadores. É para o bem comum da nação", finalizou.

"Temos um poder de pressão em nossas mãos e vamos usar", diz secretário-geral

A Condsef/Fenadsef reforça comunicado já feito a suas entidades filiadas para fortalecer o trabalho de força tarefa virtual de servidores e empregados públicos. A entidade voltou a disponibilizar lista completa, por ordem alfabética e por estados, de senadores e deputados federais da atual legislatura. O objetivo é incentivar a categoria a pressionar o Congresso Nacional via telefone, por whatsapp, email e também pelas redes sociais, durante a situação de calamidade pública instalada pela pandemia por Covid-19 que desafia o mundo. Na base da Condsef/Fenadsef um diretor por estado ficará responsável por conduzir o trabalho de divulgação e uso da lista. "Temos um poder de pressão em nossas mãos e vamos usar", destacou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação.

Teto de gastos pode ser revogado, garante senador

Além das orientações para organizar o trabalho virtual de força tarefa, a direção da entidade lembrou a importância do engajamento nessas ações. "A luta que a gente perde é a luta que a gente não faz", frisa a nota. A revogação da EC 95/16, que congela investimentos públicos por 20 anos é um dos focos centrais desse trabalho de pressão. Para o senador Humberto Costa existe uma chance de derrotar o "teto de gastos" diante da pressão política contrária ao congelamento de investimentos públicos.

Só em 2019 a EC 95/16 tirou R\$24 bilhões da saúde que poderiam ajudar agora no combate à pandemia. A crise provocada pelo novo coronavírus vem mostrar a importância da influência do Estado não só na economia, mas na vida de toda a população. Ao 'Brasil de Fato', o senador garantiu que há margem para derrotar a emenda que congela investimentos públicos por 20 anos e é extremamente nociva ao País.

No Congresso há outros inúmeros projetos que afetam servidores e serviços públicos aguardando tramitação. Durante a pandemia é possível que muitos deles fiquem estagnados, mas devem receber atenção. Um deles é o chamado plano "Mais Brasil" que reúne as PECs 186/19, 187/19 e 188/19. Juntas essas PECs têm potencial de promover um verdadeiro rompimento com o Pacto Federativo e a Constituição de 88. Considerado um plano de extinção dos serviços públicos, o pacote prevê o fim de direitos, incluindo ameaça à estabilidade, e propõe também redução salarial com redução de jornada, além de outros ataques.

Analistas tem apontado que, atravessada a crise provocada pela pandemia, o Congresso deve voltar com força na discussão desses temas. A reforma Administrativa, também pausada, é outro obstáculo no horizonte do setor público. "Nossos desafios não são poucos, por isso precisamos estar unidos e mobilizados para travar as batalhas que certamente ainda virão", reforça Sérgio.

Enquanto a crise acontece, há também projetos importantes que precisam ser apreciados agora e interessam a servidores. Um exemplo são os PLs 1192/20 e 1195/20, propostos pelo senador Paulo Paim para atender demandas urgentes de profissionais que atuam na linha de frente do combate ao novo coronavírus. Uma das propostas equipara a acidente de trabalho a contaminação desses profissionais pelo vírus e prevê recebimento de auxílio-doença. A garantia de equipamentos de segurança no trabalho (EPI) é outra preocupação, além da criação de alojamentos que possam receber esses profissionais possibilitando segurança a suas famílias que estão mais vulneráveis a exposição ao vírus.